

MASSA FALIDA FABIO DE SOUZA KATAOKA EDITORA - EPP

# **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE FALÊNCIA**

Art. 22, inciso III, alínea “e”, da Lei 11.101/2005



# ÍNDICE

- 4** SUMÁRIO EXECUTIVO
- 5** SÍNTESE PROCESSUAL
- 10** DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA
- 12** DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR (ANTES E DEPOIS DA SENTENÇA)
- 14** DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA
- 16** DO ATIVO DA MASSA FALIDA
- 18** DO VALOR DO PASSIVO
- 20** DAS AÇÕES EM ANDAMENTO
- 22** DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS E TERCEIROS
- 25** CRONOGRAMA PROCESSUAL
- 27** GLOSSÁRIO

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS, DO FORO CENTRAL CÍVIL, DA COMARCA DE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO.**

Dr. Leonardo Fernandes dos Santos

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório Circunstanciado, versando sobre as causas e circunstâncias que conduziram à situação de falência da empresa **FABIO DE SOUZA KATAOKA EDITORA EEP – EDITORA GEEK**, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, em consonância ao art. 22, inciso III, alínea “e”, da Lei 11.101/2005.

O presente relatório reúne e sintetiza as informações até o presente momento (novembro de 2021), contidas nos **Autos nº 1050118-27.2018.8.26.0100**, realizadas a partir da análise e observação das informações financeiras prestadas pelos credores e terceiros interessados, e ainda, da movimentação processual. Baseiam-se, também, nas diligências realizadas por esta Administradora Judicial, no sentido de obter maior precisão e segurança quanto aos dados apresentados.

O referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao juízo, aos credores e demais interessados, um resumo dos principais fatos ocorridos no período sob análise, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de falência, estando disponível para consulta no site [www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br).

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 05 de novembro de 2021.



**M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**  
ADMINISTRADORA JUDICIAL  
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195  
**Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES**  
OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
<b>Síntese Processual</b>	Trata-se de pedido de falência proposto por LEOGRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA em face de FABIO DE SOUZA KATAOKA EDITORA EEP – EDITORA GEEK, cuja ação foi distribuída em 10/05/2018, com base no art. 94, I da LFRJ, e julgada procedente com a consequente decretação de quebra em 04/08/2021.
<b>Das Causas e Circunstâncias da Falência</b>	Até o presente momento, tanto pela análise dos autos, como pelas pesquisas realizadas por esta Administradora Judicial, restou evidenciado que a Falida possui uma série de protestos, ajuizados pela Empresa Leograf Gráfica e Editora Ltda. em razão de duplicatas, as quais geraram a desavença contratual ocorrida entre a Requerente e a Falida, que resultaram na rescisão do contrato de concessão existente entre ambas e agravaram a situação operacional dessa.
<b>Do Procedimento do Devedor</b>	Em análise aos autos falimentares quanto ao período anterior à decretação da falência, inicialmente, denota-se a nomeação de um curador especial WELESSON JOSÉ REUTERS DEFREITAS, OAB/SP 160.641 que por não ter amplo conhecimento dos fatos apresentou contestação em forma de negativa geral. Após outras manifestações da Requerente e depósito caução dos honorários do Administrador Judicial, foi proferida sentença que decretou sua falência.
<b>Dos Atos da Administração da Massa Falida</b>	Até o momento a Administradora Judicial tem realizado diligências no sentido de assumir a representação da Massa Falida nas lides a qual faz parte, bem como está promovendo localização de bens passíveis de arrecadação junto ao juízo falimentar. Ademais promoveu a arrecadação do bem imóvel, pertencente a Massa Falida, bem como, depois de realizadas diversas diligências, apresentou o presente relatório circunstanciado, conforme previsão do art. 22, inciso III, alínea “e”, da Lei 11.101/2005.
<b>Do Ativo da Massa Falida</b>	Quanto ao ativo pertencente a Massa Falida, cumpre mencionar que, dentre as buscas realizadas até o momento, não foram encontrados bens passíveis de arrecadação.
<b>Do Passivo da Massa Falida</b>	Até o momento, não foi possível mensurar o passivo da Massa Falida, haja vista que essa ainda não apresentou relação de credores. Ademais, cumpre ressaltar que não existem outros processos em que a Falida figure como parte Ré.
<b>Das Ações em Andamento</b>	Foram realizadas consultas no sistema Esaj-SP, TRT da 2ª Região e PJE da Justiça Federal de São Paulo, nos quais não foram encontrados processos em desfavor da Massa Falida.
<b>Da Responsabilidade Civil e Penal dos Sócios</b>	A análise do tema resta inconclusiva em virtude da ausência de esclarecimentos e documentos da Falida, sendo estes últimos, primordialmente no que diz respeito aos livros contábeis, indispensáveis para os exames e verificação da saúde da empresa em momento anterior a sua insolvência.
<b>Cronograma Processual</b>	O processo falimentar se encontra na fase de sindicância, momento o qual se busca arrecadação de bens, apuração dos fatos que levaram à bancarrota da sociedade empresária e mensuração do passivo da Massa Falida subjetiva.

2

***SÍNTESE PROCESSUAL***

## 2. SÍNTESE PROCESSUAL

Trata-se de pedido de falência intentado por **LEOGRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 00.356.213/0001-50, em face de **FABIO DE SOUZA KATAOKA EDITORA EEP – EDITORA GEEK.**, inscrita no CNPJ nº 23.160.656/0001-77, com fundamento no art. 94, incisos I, II e III, alíneas 'b' e 'f', da Lei 11.101/05, cuja ação foi distribuída em 10/05/2018, na qual alegou a Requerente ser credora da empresa Requerida, em razão de valores que perfazem o montante de **R\$ 174.097,46 (cento e setenta e quatro mil, noventa e sete reais e quarenta e seis centavos)**, protestados para fins falimentares, os quais são representados pelos títulos anexados as **Fls. 13-16 e Fls. 17 - 96** dos autos.

Inicialmente, foi proferido despacho as **Fls. 101**, onde este Douto Juízo determinou que a parte Requerente providenciasse, no prazo de 15 (quinze) dias, ficha atualizada da Junta Comercial referente a sua empresa e o recolhimento das custas processuais, bem como, na Decisão de **Fls.109**, determinou a citação da Requerida para que fosse apresentada contestação, nos moldes do art. 98 da Lei de n. 11.101/2005. Na sequência, ante a determinação legal, foi expedido o mandado de nº 100.2018 / 088214 – 6, às **Fls. 112-115**.

Seguidamente, às **Fls. 116**, a Requerente apresentou manifestação pleiteando a decretação de falência da Requerida, sob a prerrogativa de que a citação teria sido válida, justificando a insolvência, razão pela qual solicitou a pesquisa de bens em nome da Falida, através dos sistemas Renajud e Bacenjud. Posteriormente, foi proferida decisão onde o Juiz requereu a nomeação de um curador, ato que foi cumprido às **Fls. 118**, através de ofício expedido dia 05/07/2019, **Fls. 119-121** dos autos. Desta forma, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo apresentou como curador, o Dr. Welesson José Reuters de Freitas, OAB/SP 160.641, às **Fls. 122**.

Em tempo, a Requerida apresentou Contestação, às **Fls. 123-124**, na forma de negativa geral dos fatos alegados pela parte Requerente, alegando, em síntese: **(a)** O acolhimento da contestação, julgando improcedente a demanda; **(b)** sua intimação pessoal, para todos os atos processuais; **(c)** contagem em dobro de todos os prazos, conforme disposição legal; **(d)** que todas as intimações sejam feitas em nome do advogado WELESSON JOSÉ REUTERS DEFREITAS, OAB/SP 160.641. Ademais, frente a ausência de maiores elementos e informações a respeito dos fatos que compõe a demanda, deixou de requerer o arrolamento de eventuais testemunhas, bem como pugnou para que fosse expedido ofício à Receita Federal, Juízo Eleitoral e Banco Central para apurar possíveis endereços do Requerido, uma vez que a citação ficta se faz somente quando esgotados todos os meios possíveis de localização da parte.

Devidamente intimada, a Requerente apresentou Impugnação à Contestação às **Fls. 132-135**, alegando, em síntese, que: **a)** levando-se em consideração a Contestação apresentada, reiterou as alegações tecidas na exordial; **b)** que restou cristalino o seu direito, de acordo com o que foi aduzido na inicial, somado à farta documentação carreada; **c)** foram inúmeras tentativas infrutíferas de recebimento amigável, de forma que não lhe restou alternativa senão encaminhar os títulos correspondentes a protesto, “para fins falimentares”.

Às **Fls. 137**, foi proferida decisão oportunizando, às partes, a manifestação sobre o interesse de realizar composição, bem como foi informado que, em eventual decretação de quebra, deverá, a Requerente, realizar o depósito de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) referentes aos honorários do Administrador Judicial. Assim, a empresa Requerente se manifestou às **Fls. 139-140**, apresentando proposta para recebimento do montante atualizado, vide planilha de cálculo indicando o importe de R\$ 255.968,05 (duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e sessenta e oito reais e cinco

centavos), **Fls. 141-144**, em 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo índice próprio do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Desta feita, o Douto Juízo pediu vista dos autos ao Ministério Público, às **Fls.145-146**, o qual se manifestou informando que, tendo em vista a fase pré-falimentar, deixaria de intervir no feito, cf. **Fls. 149**, razão pela qual restou proferida decisão acatando ao parecer retro, determinado atenção à Serventia para não intimar o Parquet na fase pré-falimentar, vide **Fls. 150**.

Isso posto, foi proferida a Decisão de **Fls. 155**, intimando a parte Requerente para dar prosseguimento ao feito, inclusive, para realizar o depósito caução, conforme decisão de **Fls.137**, no prazo de 5 (cinco) dias, em observância a decisão de **Fls. 159**, de modo que, em atenção a determinação retro, a Requerente apresentou a juntada da guia de recolhimento das mencionadas custas referente aos honorários do Administrador Judicial, às **Fls. 161 a 163**.

Às **Fls. 164-169**, foi proferida Sentença julgando procedente a ação, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, reconhecendo a existência da impontualidade injustificada pela parte Requerida bem como a frustração da execução, e, por consequência, a prática de atos de falência previstos na Lei nº 11.101/2005, vértices invocados na exordial, os quais se amoldam às hipóteses previstas no art. 94, III, “b” e “f” da referida legislação. Assim, **a falência da empresa FABIO DE SOUZA KATAOKA EDITORA EEP – EDITORA GEEK restou decretada na data de 04/08/2021**, tendo sido nomeada a presente Administradora Judicial para atuação no presente feito.

Após certidão de publicação da sentença retro, às **Fls. 170 – 171**, o Douto Juízo requereu vista dos autos ao Ministério Público, o que restou cumprido pelo Ato Ordinatório às **Fls.172**. Na sequência, foram juntados os comprovantes de recebimento dos ofícios encaminhados por esta Administradora Judicial, às **Fls.179 – 187**.

Em seguida, esta Administradora Judicial apresentou manifestação às **Fls. 188 – 193**, requerendo, em síntese: **(a)** fosse realizada consulta junto ao sistema SisbaJud para determinação do bloqueio de ativos financeiros em nome da falida; **(b)** oficiada a Receita Federal, pelo sistema Infojud, para fornecer cópias das 3 (três) últimas declarações de bens da falida; **(c)** ao Detran, através do sistema Renajud, determinando o bloqueio, na modalidade de transferência e circulação, de veículos existentes em nome da falida; **(d)** à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, para pesquisa e bloqueio de imóveis registrados em nome da falida, objetivando localizar bens penhoráveis ante a vis atractiva do Juízo Universal. Ainda, informou a dificuldade na apresentação do plano de realização do ativo, tendo em vista que não foram encontrados bens passíveis de arrecadação, cf. **Fls. 255 – 256**.

Por fim, foi proferida decisão de **Fls. 258**, em que este D. Juízo determinou à esta Administradora Judicial, que informe o endereço destinado a intimação de Fábio de Souza Kataoka, via AR, bem como deferiu a pesquisa de bens e a prorrogação de prazo, conforme solicitado.

## 2.1. DA SENTENÇA DE DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA – CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES

Na sentença de decretação da falência, acostada às **Fls.164-169**, restaram determinadas as seguintes diligências:

**a) TERMO LEGAL DA FALÊNCIA:** A sentença fixou o Termo Legal da falência conforme a data de lavratura do primeiro protesto por falta de pagamento, conhecido nos autos, retraindo o período em 90 (noventa) dias, sendo fixado, portanto, o período compreendido entre **28/04/2017 e 04/08/2021 (fls. 13-16);**

**b) SUSPENSÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS:** O Douto Magistrado determinou também que todas as ações ou execuções contra a Falida fossem suspensas, exceto aquelas que tiverem por objeto obrigação por quantia ilíquida, nos moldes do art. 6º, §§1º e 2º, da LFRE;

**c) NOMEAÇÃO DO SÍNDICO DA MASSA FALIDA:** A referida Sentença nomeou para o cargo de Administrador Judicial a presente peticionante, M. Marques Sociedade Individual de Advocacia, representada pelo Dr. Márcio Roberto Marques, o qual aceitou ao múnus, às **Fls. 174-175;**

**d) DISPOSIÇÃO DE BENS:** Destarte, o Excelentíssimo Magistrado ordenou a vedação de práticas de qualquer ato de disposição ou oneração de bens do Falido, submetendo-as, preliminarmente, à autorização judicial e do Comitê (art. 99, VI, LFRE);

**e) COMUNICAÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:** Determinou, também, a comunicação da presente decisão aos bancos e cooperativas de crédito, para encerramento das contas correntes e aplicações, indicando do saldo existente, tanto positivo como negativo, e a remessa, ao juízo, do saldo positivo, se existente, mediante depósito vinculado aos autos, nos moldes do art. 99, VII, LFRE;

**f) PROVIDÊNCIAS PELO ADMINISTRADOR JUDICIAL:** Também restou determinada a expedição de ofício ao Banco Central, Junta Comercial do Estado de São Paulo, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Centro de Informações Fiscais, Setor de Execuções Fiscais da Fazenda Pública, Bolsa de Valores do Estado de São Paulo, Departamento de Rendas Imobiliárias, Cartório Distribuidor de Títulos para Protesto, Banco Bradesco S/A e Procuradoria e Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para que informem a existência de bens e direitos do falido (art. 99, X, LFRE), bem como, que seja expedido ofício ao Registro Público de Empresas, para que proceda à anotação da falência no registro da falida, fazendo constar a expressão “falida”, a data da decretação da falência e a inabilitação de que trata o art.102 da LFRE;

**g) DETERMINAÇÕES:** Por fim, restou determinada a intimação do Ministério Público e comunicação às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento, para que tomem conhecimento da falência (art. 99, XIII, LFRE).

## 2.2. DA PUBLICAÇÃO DOS EDITAIS PREVISTOS NA LEI 11.101/2005

Compulsando os autos, constata-se que, **até o presente momento, não foram expedidos os editais previstos na lei.** Inobstante a necessidade da publicação que trata o art. 99, § único da LFRJ, a Falida ainda não apresentou sua relação de credores, pois ainda não foi intimada para tanto, razão pela qual se aguarda sua derradeira intimação para o cumprimento da determinação judicial, a fim de que reste possibilitada a publicação do edital, nos moldes da legislação vigente.

# 3

## ***DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA***

### 3. DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA

Até o presente momento, tanto pela análise dos autos, como pelas pesquisas realizadas por esta Administradora Judicial, restou evidenciado que a Falida fora protestada diversas vezes pela empresa LEOGRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA, em razão de duplicatas inadimplidas, as quais geraram a desavença contratual ocorrida entre as partes, que culminou na rescisão do contrato de concessão existente entre ambas e agravou a situação operacional dessa.

Assim, em razão da falta de administração, à época, tal como a inadimplência de inúmeras duplicatas, o credor protestou diversos títulos, que somam a quantia de R\$ 174.097,46 (cento e setenta e quatro mil, noventa e sete reais e quarenta e seis centavos), de modo que, ante a inércia do pagamento, restou ajuizada a presente demanda pedindo sua falência, que restou decretada em data de 04/08/2021.

# 4

## **DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR** (ANTES E DEPOIS DA SENTENÇA)

## 4. DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR

Em análise aos autos falimentares, quanto ao período anterior à decretação da falência, inicialmente, denota-se a nomeação de um curador especial, Dr. Welesson José Reuters Defreitas, OAB/SP 160.641, que, por não ter amplo conhecimento dos fatos, apresentou contestação por negativa geral. Após demais manifestações da Requerente e o depósito de caução dos honorários do Administrador Judicial, foi proferida sentença que decretou a falência.

Quanto ao procedimento do devedor depois da sentença de quebra, cumpre salientar que esse ainda não foi intimado para apresentar a relação nominal de credores, o qual deverá fazer, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos.

# 5

## **DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA**

## 5. DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA

Na sentença de decretação de falência, proferida às **Fls. 164-169**, esta Administradora Judicial que subscreve o presente Relatório Circunstanciado, foi nomeada para desempenhar o *múnus*, a qual aceitou o nobre encargo às **Fls. 174 - 175**, promovendo a juntada do Termo de Compromisso assinado, nos termos do art. 33 da lei 11.101/2005, bem como, requereu a juntada do comprovante de envio das cartas de ciência aos órgãos descritos no item 5 da decisão de quebra. Nessa oportunidade, informou que tem realizado diligências no sentido de sanear o processo, a fim de torná-lo desenvolto, promovendo análise dos interesses da Massa Falida e buscando informações que visam a preservação dos bens objetivando o resultado deste processo e da universalidade dos credores.

Ato seguinte, em data de **20/08/2021**, o representante da Administradora Judicial, **Dr. Marcio Roberto Marques**, dirigiu-se até o endereço da sede falida, situada à **Rua Piata, nº 173, Vila Isolina Mazzei, São Paulo/SP, CEP 02080-010**, com o objetivo de promover a lacração do imóvel e arrecadação de bens e documentos, nos termos do **art. 22, inciso III, alínea “f”, da Lei 11.101/2005**, porém, ao chegar no local, constatou que o imóvel estava sendo utilizado para fins residenciais e não existia mais quaisquer indícios da empresa falida, razão pela qual a arrecadação restou frustrada e se tornou inviável a lacração do referido estabelecimento.

Outrossim, a Administradora Judicial se manifestou às **Fls. 188 – 193**, requerendo, em síntese: **(a)** a consulta ao sistema SisbaJud para determinação do bloqueio de ativos financeiros em nome da falida; **(b)** à Receita Federal, pelo sistema Infojud, para que forneça cópias das 3 (três) últimas declarações de bens da falida; **(c)** ao Detran, através do sistema Renajud, determinando o bloqueio (transferência e circulação) de veículos existentes em nome da falida; **(d)** à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, para pesquisa e bloqueio de imóveis registrados em nome da falida, objetivando localizar bens penhoráveis ante a vis atractiva do Juízo Universal. Ainda, às **Fls. 255 – 256**, informou quanto a dificuldade na apresentação do plano de realização do ativo, tendo em vista que não foram encontrados bens passíveis de arrecadação.

Por fim, esta Administradora Judicial, depois de realizadas diversas diligências, apresentou o presente Relatório Circunstanciado, conforme previsão do art. 22, inciso III, alínea “e”, da Lei 11.101/2005.

6

***DO ATIVO DA MASSA FALIDA***

## **6.1. DO ATIVO ARRECADADO E/OU PASSÍVEL DE ARRECADAÇÃO**

Quanto ao ATIVO pertencente à Massa Falida, cumpre mencionar que, dentre as buscas realizadas até o momento, não foram encontrados bens passíveis de arrecadação.

Não obstante, aguarda-se o envio pela Serventia, de ofícios para verificar a existência de bens em nome da falida, aptos a arrecadação, bem como a devida realização do ativo arrecado.

## **6.2. DA AVALIAÇÃO DO ATIVO ARRECADADO**

Até o presente momento, não houve a arrecadação de bens nos presentes autos.

## **6.3. DA REALIZAÇÃO DO ATIVO ARRECADADO**

Até o presente momento, não houve a realização do ativo nos presentes autos.

# 7

## **7. DO PASSIVO DA MASSA FALIDA (ARTIGO 83 DA LEI 11.101/2005 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES)**

## 7. DO VALOR DO PASSIVO

Quanto ao **PASSIVO** da falida, cumpre informar que essa ainda não foi intimada para apresentar sua Relação de Credores nos autos, restando prejudicada a mensuração de seu passivo no presente momento. Não obstante, caso tal determinação judicial não seja cumprida pelo sócio da Falida, esta Administradora Judicial promoverá a elaboração de relação nominal de credores precária, com os dados obtidos nos presentes autos, possibilitando, assim, a regular continuidade do processo.

8

***DAS AÇÕES EM ANDAMENTO***

## 8. DAS AÇÕES EM ANDAMENTO

Com base nas informações constantes nestes autos, bem como nas consultas realizadas no sistema Esaj-SP, TRT da 2ª Região e PJE da Justiça Federal de São Paulo, por esta Administradora Judicial, não foram constatadas ações em andamento em desfavor da Massa Falida.

Cumpre informar que tal relação teve como base consultas realizadas junto aos sistemas Esaj-SP, TRT da 2ª Região, através da emissão de certidão de Ação Trabalhista em tramitação e PJE da Justiça Federal de São Paulo, nos quais não constam registros de processos eletrônicos em trâmite no Estado de São Paulo, de modo que se pode considerar que existam processos desconhecidos por este Juízo.

9

***DA RESPONSABILIDADE DOS  
SÓCIOS E TERCEIROS***

## 9.1. DOS INDÍCIOS DE FRAUDE

A análise do tema resta inconclusiva em virtude da ausência de esclarecimentos e documentos da Falida, estes últimos, primordialmente no que diz respeito aos livros contábeis, que se demonstram indispensáveis para os exames da saúde da empresa em momento anterior a sua insolvência.

## 9.2. DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS SÓCIOS

A análise do tema resta inconclusiva em virtude da ausência de esclarecimentos e documentos da Falida, estes últimos, primordialmente no que diz respeito aos livros contábeis, que se demonstram indispensáveis para os exames da saúde da empresa em momento anterior a sua insolvência.

## 9.3. DA RESPONSABILIDADE PENAL DOS SÓCIOS

Adentrando a esfera penal, tendo como guia todo o escopo axiológico da Lei 11.101/2005, consoante dicção do Princípio do Rigor na punição de crimes falimentares, esta Administradora Judicial elucida que, ante a ausência de documentos e informações nos autos, não foi possível constatar, até o momento, indícios da prática de condutas típicas, antijurídicas e culpáveis, positivadas na referida legislação. Em outras palavras, o parecer do *Longa Manus* deste Juízo falimentar é de que não foi possível a construção de elementos que corroborem com a prática de crimes falimentares por parte da Falida, no âmbito de sua atividade comercial, até sua derrocada.

Por fim, esta Administradora Judicial ressalta que, nada obstante suas conclusões colacionadas no presente Relatório Circunstanciado, não existem quaisquer óbices para reanálise do caso e estruturação de novos argumentos, caso sobrevenham novas informações, documentos ou pareceres que alterem as circunstâncias.

10

***CRONOGRAMA PROCESSUAL***

## 10. CRONOGRAMA PROCESSUAL

Data	Evento
10/05/2018	Distribuição do pedido de Falência (Art. 78 LFRJ)
04/08/2021	Decisão Decretação da Falência (art. 99 LFRJ)
	Publicação do Edital de Decretação da Falência e Relação Nominal de Credores da Falida no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (Art. 99, § único, LFRJ)
	Decurso de prazo para apresentação de Habilitações e Divergências de Créditos pelos credores diretamente ao Administrador Judicial (art. 7º, §1º LFRJ)
	Apresentação da Relação de Credores elaborada pelo AJ (art. 7º, §2º LFRJ)
	Publicação de Edital de aviso da Relação de Credores do AJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 7º, §2º LFRJ)
	Decurso do prazo para apresentação de Impugnação à Relação Nominal de Credores apresentada pela Administradora Judicial pelos Credores (art. 8º LFRJ)
	Homologação do Quadro Geral de Credores (art. 18 LFRJ)
	Arrecadação do ativo (art. 108 LFRJ)
	Realização do ativo (art. 139 LFRJ)
	Pagamento aos Credores (art. 149 LFRJ)
	Prestação de Contas pelo Administrador Judicial (art. 22, III, “r”, LFRJ)
	Relatório de Encerramento da Falência (art. 155 LFRJ)
	Encerramento da Falência (art. 156 LFRJ)



Eventos ocorridos



Eventos Futuros

11

**GLOSSÁRIO**

## 11. GLOSSÁRIO

AI – Agravo de Instrumento  
AJ – Administradora Judicial  
ART. – Artigo  
CCB – Cédula de Crédito Bancário  
DJE – Diário de Justiça Eletrônico  
DES – Desembargador (a)  
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício  
Dec. Lei – Decreto Lei 7.661/1945  
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada  
EPP – Empresa de Pequeno Porte  
Falida – Fabio de Souza Kataoka Editora EPP – Editora Geek  
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços  
INC. - Inciso  
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)  
LTDA – Limitada  
ME – Microempresa  
MM. – Meritíssimo  
M – Milhão  
MOV. - Movimentação  
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
QGC – Quadro Geral de Credores  
Rel. – Relator (a)  
Resp – Recurso Especial  
RNC – Relação Nominal de Credores  
ROA – Retorno sobre ativo total  
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido  
S. A. – Sociedade Anônima  
STJ – Superior Tribunal de Justiça  
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná  
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo  
TRF – Tribunal Regional Federal  
§ - Parágrafo  
IDPJ – Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica

### **CURITIBA/PR**

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,  
Edifício World Business, Centro Cívico  
CEP 80.530-000  
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

### **MARINGÁ/PR**

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,  
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01  
CEP 87.020-015  
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

### **SÃO PAULO/SP**

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar  
Ed. José Martins Borges - Bela Vista  
CEP 01.310-000  
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

[www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br)  
[marcio@marquesadmjudicial.com.br](mailto:marcio@marquesadmjudicial.com.br)